

O LIBERAL DESILUDIDO E O MANDATO QUE NÃO TERMINOU: UMA ANÁLISE DAS CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES ENTRE O PERÍODO DUTRA E O II GOVERNO VARGAS

Lucas Di Candia Ramundo * **

RESUMO

Este trabalho propõe uma comparação direta, no que tange à condução da política econômica, entre o governo do General Eurico Gaspar Dutra (entre 1946-1950) e o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). O texto buscará interpretar a forma como Dutra e sua equipe conduziram a economia num contexto bastante peculiar: a volta da democracia após oito anos do Estado Novo e o fim recente da Segunda Guerra Mundial. E posteriormente será analisada a volta de Getúlio Vargas ao poder nos braços do povo, liderando um governo que foi bastante conturbado e culminou num fim trágico a partir do suicídio do presidente. Desta exposição bastante detalhada dos dois períodos e suas respectivas conjunturas, buscamos encontrar as bases para uma confrontação consistente entre as políticas econômicas executadas, e os projetos econômicos empreendidos.

Palavras-chave: Governo Dutra; Segundo Vargas; ilusão de divisas; política “Campos-Salles-Rodrigues Alves”.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.

** Agradeço ao apoio de Jéssica Alves, economista graduada na Universidade Federal Fluminense, pela revisão do texto e auxílio na sua conformação a um tamanho adequado. Quaisquer erros e omissões remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Os governos que serão analisados têm suas peculiaridades históricas bastante sobrelevadas: Eurico Gaspar Dutra assume logo após um interregno ditatorial liderado por Getúlio Vargas entre 1937-1945, governa entre 1946 e 1950, e entrega a presidência para o mesmo Getúlio. Este reassume em 1951, sob fortíssimo desequilíbrio cambial, e apenas cinco anos após ser retirado do poder numa articulação liderada pelo seu Ministro da Guerra, o próprio Eurico Gaspar Dutra. Aqui, além do caráter peculiar dessa sequência de governos, já se apresenta um primeiro *approach* interessante entre os presidentes que analisaremos: Dutra ocupava um cargo de confiança e muito próximo de Getúlio durante a vigência do Estado Novo. No entanto, participa ativamente da articulação que depõe o então presidente em 1945, e se candidata ao cargo máximo da República logo em seguida. E mais do que isso, Vargas ainda apoia a candidatura de Dutra, sob preceito de que a vitória do outro candidato – Eduardo Gomes, da UDN – seria muito pior para suas pretensões políticas futuras. Por sinal, nestas mesmas eleições que coroam Dutra como presidente, Getúlio é eleito senador e insurge como um ferrenho crítico da política econômica governista.

O texto que aqui tem início visa enumerar e entender as principais continuidades e discontinuidades entre o controverso governo Dutra, e o governo que marca a volta de Getúlio Vargas ao poder, desta vez eleito democraticamente, e que vai durar de 1951 a 1954, encerrando-se de forma dramática quando Vargas atenta contra a própria vida. O governo Dutra se inicia em 1946, à luz da crise do Estado Novo, e sua análise não pode desconsiderar este contexto. Soa bastante natural que num país recém-democratizado, após o fim de um regime discricionário de oito anos, tenda-se a uma virada liberal, no sentido de “exorcizar” definitivamente o ex-ditador afastado e suas convicções. E de fato esta reversão ao liberalismo se verifica nos primeiros atos após a deposição de Vargas, até mesmo antes de Dutra tornar-se presidente: já no curtíssimo mandato do presidente provisório José Augusto Linhares e seu ministro José Pires do Rio tomaram-se as primeiras medidas de forte cunho liberal, todas devidamente intensificadas no princípio do período Dutra. Também o quadro internacional mostrava-se de forma bastante peculiar ao novo governo: A II Grande Guerra há pouco fora encerrada, as economias europeias e a japonesa encontravam-se bastante combalidas e os Estados Unidos emergiram do conflito como grande força político-econômica mundial¹. Este quadro conjuntural interno e externo será crucial para o entendimento dos anos de governo Dutra e a forma como este conduziu sua política econômica. O segundo governo Vargas apresenta também suas peculiaridades: a volta democrática de um presidente afastado cinco anos antes, após um período em que governou ditatorialmente; uma crise cambial violenta que toma corpo no fim de 1951 e

¹ Aqui estamos sendo bastante breves sobre o contexto internacional. Para uma discussão bem mais apurada sobre esta questão, ver: TEIXEIRA, Aloisio. **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra**. Texto para discussão nº25, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1983.

se intensifica em 1952; a Guerra da Coreia entre 1950 e 1953 e a assunção do presidente Eisenhower nos Estados Unidos no mesmo ano; e por fim a trágica morte de Getúlio em agosto de 1954, que marca aquele governo para toda a história do Brasil. Tudo isso resulta num governo conturbado, com algumas reversões e questionamentos constantes, até uma crise insustentável em seu último ano, que leva o presidente ao ato máximo do suicídio.

A partir desta breve introdução, permite-se encaminhar o objetivo à que o artigo se propõe, buscando para isso desenvolver-se da seguinte forma: primeiramente, expor as linhas gerais de condução da política econômica no governo Dutra com alguma profundidade, e em seguida fazer o mesmo para o governo Vargas; num terceiro momento, acrescentando mais algumas informações, tentar depreender as rupturas e contiguidades entre os dois governos no capítulo conclusivo.

2. DUTRA: A DESILUSÃO DO PRESIDENTE E SUA GESTÃO “PENDULAR”².

Qualquer análise crítica consistente que se empreenda em torno do governo Dutra deve ser feita a partir de seu contexto, tendo-o fortemente em conta. Começaremos tratando especificamente desta parte conjuntural, antes de entrar propriamente na pauta do governo em si e suas medidas econômicas.

O general cuiabano Eurico Gaspar Dutra assume o governo a 31 de janeiro de 1946, dias antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que havia sido eleita em dezembro do ano anterior. Porém, soaria superficial entender o seu governo apenas a partir deste momento. Seu antecessor, o primeiro governo Vargas entre 1930-1945, foi um período em que profundas transformações ocorreram na organização político-social do país, e na forma de governar. Sobre isso, sentenciamos SARETTA (2002, p.99):

Ao longo daquela década e meia erigiu-se um Estado que passou a deter, crescentemente, os instrumentos indispensáveis à gestão de políticas econômicas nacionais. Em termos políticos, isto significou uma crescente submissão das oligarquias regionais ao poder central, que passou a mediar e a arbitrar, dentro dos seus aparelhos, estes diversos interesses, submetendo-os, a partir de então, a uma perspectiva mais nacional.

Dessa forma, o governo Dutra teve seu terreno de atuação diretamente influenciado por tudo aquilo que fora conquistado ao longo dos quinze anos anteriores. A possibilidade de se fazer políticas econômicas com real abrangência nacional, por exemplo, estava agora plenamente estabelecida, já que as diversas oligarquias regionais estavam cooptadas sob um forte Estado centralizador; também alguns instrumentos essenciais para a gestão de políticas econômicas nacionais

² A ideia de “pendularidade da política econômica” como característica do governo Dutra, vem de Pedro Paulo Bastos, no artigo: **O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948)**. História econômica & história de empresas, v. 7, n. 1, p. 99-135, 2004.

foram criados nesse período³, além é claro do forte crescimento industrial que se obteve na primeira administração Vargas. Em suma: ao assumir em 1946, Dutra tinha uma “margem de manobra” muito mais ampla do que aquela encontrada por Getúlio após a Revolução de 30.

O contexto encontrado por Dutra era *sui generis*, tanto externa quanto internamente. O fim da Segunda Guerra ocorrera proximamente; as principais potências internacionais vinham desde 1944 dando passos consistentes na definição do que deveria ser a nova ordem internacional do pós-guerra. Ainda em Julho de 44, promoveu-se a Conferência de Bretton Woods, responsável por estabelecer as bases do que seria o novo arranjo econômico mundial, que em linhas gerais giraria em torno de um grande ponto: a recomposição do comércio internacional, principalmente através da remoção de barreiras alfandegárias e mudanças de regulamentações nacionais de circulação. Diversas conferências ainda se sucederiam entre os anos de 1944, 1945 e 1946, mas pode-se dizer que todas elas, por trás de intermináveis discussões técnicas, tinham um perfil político definido: suas resoluções contribuiriam intensamente para a expansão do comércio e da liquidez dentre os países mais desenvolvidos, no âmbito das relações econômicas mundiais. (MOURA, 1990). Novos elementos importantes resultaram de toda esta reorganização pós-guerra, e teriam desdobramentos para a economia brasileira. Dentre eles, podemos destacar: a criação de duas instituições internacionais poderosas, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para Reestruturação e Desenvolvimento), além do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio); a instauração do dólar como moeda internacional de reserva e a transição para a livre convertibilidade de moedas⁴.

Internamente, a conjuntura também era bastante específica: um processo de redemocratização após oito anos da ditadura do Estado Novo, e cheio de esperanças de um “novo tempo”; em curso a elaboração de uma nova constituição, com os membros da constituinte eleitos no fim de 1945, e a instauração da Assembleia que redigiria o documento logo no início de 1946. Economicamente, o país vinha com uma boa condição - ao menos quantitativamente falando - nas reservas internacionais, acumuladas sobretudo a partir de 1942, através de exportações para aqueles mercados outrora abastecidos pelos países desenvolvidos, visto que estes últimos estavam comprometidos com a “produção de guerra”. As importações também vinham refreando no período, devido à continuidade do processo de industrialização, mas principalmente pela indisponibilidade de determinados importados, ainda devido ao envolvimento internacional na guerra. É fundamental mencionar ainda a enorme escalada dos preços durante o período bélico, que levou a inflação para o centro das discussões nacionais no fim do I governo Vargas. A interpretação mais liberal, que via a disparada

³ Sobre a questão dos instrumentos de política econômica, ver: Draibe, 1984. Para mais detalhes sobre a centralização do poder no governo federal, ver: Diniz, 1986.

⁴ Para um maior detalhamento do contexto internacional durante e pós-segunda guerra, e sobretudo da participação brasileira neste contexto, ver: Moura, 1991 e Almeida, 1992.

inflacionária não só como fruto do desabastecimento intrínseco a uma economia em período de guerra, mas também como resultado de uma gestão irresponsável das políticas fiscal e monetária, começa a ganhar corpo rapidamente. Eugênio Gudín, membro atuante do Conselho Técnico de Economia e Finanças, e Otávio Bulhões, chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros da Fazenda, eram economistas altamente conceituados e os mais ativos em propagar esta interpretação. Também criticavam abertamente o protecionismo comercial excessivo dado ao setor industrial durante a guerra. Diziam eles que esta proteção era fonte de inflação, de “lucros extraordinários” e de ineficiência das indústrias nacionais⁵. Prova incontestável de que o ideário liberal ganhava força dentre os formuladores de política econômica é que a comitiva brasileira que foi à Conferência de Bretton-Woods, liderada pelo ministro Souza Costa, teve como principais assessores Gudín e Bulhões⁶. Ainda nessa linha da influência do grupo liberal e da opção oficial de cooptar seus principais líderes para o governo, Bulhões foi indicado como primeiro presidente da recém-criada SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1945). Esta cooptação não se deu de forma harmoniosa: muitas e duras críticas ainda seriam feitas por Gudín e os liberais mais exaltados, às decisões oficiais que se seguiriam.

Na verdade, as discussões eram muito maiores do que simplesmente propostas e interpretações para a inflação, ou para o protecionismo, mas estava ali encerrada uma discussão de matriz ideológica sobre os rumos de política econômica e desenvolvimento que o país tomaria nos anos subsequentes. Naquele momento, logo após o fim de uma ditadura de oito anos, onde a intervenção e centralização estatal houvera sido profunda, era natural que os ideais liberalistas de redução da participação do Estado na economia se sobressaíssem na formulação das políticas econômicas, visto que a tentativa era se afastar de qualquer prática que lembrasse as ações do ditador retirado do poder. Como explicou detalhadamente BASTOS (2003, pp 10-12), a sensação que tomava conta à época era de que: o espraçamento ideológico das teses liberais foi tão intenso entre os diversos grupos políticos, a imprensa e a sociedade, e tão exitosa fora a “demonização” das práticas intervencionistas do Estado Novo, que a orientação liberalista seria levada a cabo no início do governo eleito em 1945, fosse ele encabeçado por Dutra, ou Eduardo Gomes, o candidato da UDN.

Apresentado brevemente o contexto conturbado sob o qual Dutra inicia seu governo, passemos nas próximas sessões a uma análise mais atenta da condução da política econômica ao longo do quinquênio 1946-51. Nas palavras de Fausto Saretta (2002, p. 102): “o governo Dutra iniciou-se

⁵ Esta opinião não ficava apenas dentre os liberais. Nacionalistas do setor público e comunistas, como Rômulo Almeida e Caio Prado Jr., respectivamente, também compartilhavam a objeção ao protecionismo que era praticado. Para mais detalhes sobre este ponto, ver Bielshowsky (1988), pp. 313-321 e 365-366.

⁶ A “pregação liberal” tomava conta das proposições de governo antes mesmo do fim do Estado Novo: além da participação ativa de Gudín e Bulhões na missão que foi a Bretton-Woods, ainda em 1944 foi criado o “Imposto de Lucros Extraordinários”. Mesmo que não tenha sido aprovado exatamente nos moldes propostos por Gudín, a defesa deste último houvera tido enorme repercussão e influenciado diretamente a aprovação do imposto.

propondo uma ruptura com o passado” O Brasil vivera as eleições mais livres de sua história em 1945 e a imprensa apregoava que a democracia se espalhasse também para aos assuntos econômicos, ou, em outras palavras, que houvesse uma menor intervenção estatal na economia⁷. Antes de entrar nas primeiras ações econômicas do governo Dutra, é oportuno destacar o porquê de o general Dutra ter passado à história como o “presidente desiludido”. No início de seu governo, o presidente e sua equipe econômica acreditavam estar numa situação bem mais tranquila em termos econômicos, do que de fato revelou-se estar. Esta “ilusão” devia-se a três pontos principais:

- a) O primeiro ponto era a percepção de que as reservas cambiais estariam em situação bastante próspera. Em total de reservas até estariam, mas menos de 13% era em dólar norte-americano, ou seja, muito pouco em representação de poder de compra internacional para a economia brasileira. O grosso do montante total era composto por títulos, obrigações e principalmente moedas europeias não conversíveis⁸. Como já citamos, o Brasil havia disparado em suas exportações ao ‘roubar’ mercados que outrora eram abastecidos pelas economias mais desenvolvidas, quando estas estavam envolvidas na Segunda guerra. O comércio com estes mercados fizeram o Brasil acumular reservas em moedas de baixa conversibilidade. Não havia reservas, ao menos tão incrivelmente significativas quanto o governo aventava, em dólar americano por exemplo.
- b) Um segundo ponto foi o que se chamou de “ilusão liberal”: havia o entendimento de que a adoção de uma política liberal, sobretudo no aspecto cambial, além da tradicional ideia de organizar as contas, fazer o “dever de casa”, iriam atrair um forte fluxo de capitais estrangeiros ao Brasil. Mais à frente, ficou provado empiricamente que este argumento era apenas ilusório.
- c) O terceiro ponto da ilusão de Dutra era a ideia de ser um credor dos Estados Unidos pelo apoio na Segunda Guerra. A retórica oficial dizia que os americanos seriam um importante parceiro financeiro no período subsequente ao confronto internacional. Ao longo do governo, também ficou provado que esta ideia estava equivocada, já que os norte-americanos concentraram seu apoio financeiro à reconstrução dos países europeus e asiáticos combalidos no pós-guerra, e pouco atentaram para a América Latina naquele período. É importante citar que os capitais nor-

⁷ Nesse sentido, podemos destacar a publicação do jornal *Digesto Econômico*, organizado pela Associação Comercial de SP. Quando da posse de Gastão Vidigal, banqueiro paulista, na pasta da Fazenda, a publicação sentenciava: “Espera-se deste homem prático, limitações dos gastos, o saneamento da moeda, a eliminação de obras suntuárias e o fomento à produção nacional.” Algumas edições do *Jornal do Comércio* e do Estado de São Paulo, do início daquele ano, também continham indicações nesse sentido.

⁸ Vale lembrar que uma das proposições da conferência de Bretton-Woods era justamente a livre conversibilidade das moedas. Porém, muitas delas não foram seguidas de imediato. As principais moedas europeias, por exemplo, só se tornariam conversíveis no fim dos anos 50.

te-americanos não cessaram completamente de incorrer na economia brasileira, mas nem de longe vieram no montante que o governo expectava⁹.

Passemos já às propostas iniciais de política econômica. Destarte, é importante ressaltar que apesar do projeto de governo de Dutra inicialmente se aparelhar muito na proposta liberal, não houve nas medidas de liberalização adotadas qualquer intenção de restaurar a “vocação agrária”, ou desestimular a continuidade do processo de industrialização. Muito pelo contrário: havia a percepção de que a liberalização comercial trabalharia a favor da industrialização, ao aumentar a concorrência e forçar o setor industrial às importações complementares para se modernizar. Assim, os industriais perderiam os tão criticados “lucros extraordinários”, mas se tornariam um setor mais eficiente. Em última instância, a ideia oficial era que a indústria contribuíssem para a redução dos preços internos, tanto pela modernização e eficiência, que supostamente ocorreriam, aumentando a capacidade produtiva e a oferta de produtos, quanto pela entrada de bens importados, que t mbem aumentariam a oferta interna de bens de consumo, atenuando a escalada inflacionária. Esta retórica estava muito clara nas palavras do próprio presidente Dutra, em mensagem ao Congresso:

Cabe tratar da importante questão do comércio exterior, na qual a política do governo se enquadra no plano geral econômico-financeiro de combate à inflação. Assim, no tocante à importação faz-se mister incentivar, predominantemente, a entrada no país de bens de produção, sem perder de vista, entretanto, a conveniência da vinda de certas utilidades básicas, particularmente g neros de primeira necessidade, que, sobre representar um freio   especulação em certos setores, contribui para diminuir o desequilíbrio entre as disponibilidades de bens de consumo e o meio circulante.[...] Obviamente, estavam indicadas, para imediata prescrição, medidas de duas espécies: umas, de natureza financeira, para estancar a corrente emissiva avolumadora do meio circulante; outras, de natureza econômica, com o objetivo de aumentar a produção interna e, subsidiariamente, a importação dos artigos de maior carência. (Dutra, 1946. p. 57 e 85)

Fica nítido que o combate à inflação nortearia as primeiras atitudes do governo recém-empossado. Quando diz “estancar a corrente emissiva avolumadora do meio circulante”, Dutra clareia que irá reduzir a emissão monetária. E de fato o faz. Mas não deixa de pensar t mbem no fomento da produção interna, quando diz que tomar  medidas de natureza econômica para garantir tal objetivo. A combinação entre a “oficialização” do ideário liberal e a premência do combate à inflação – fatores que se complementavam em grande medida – dominou as ações iniciais do governo Dutra. O governo coloca em prática medidas de cunho mais ortodoxo, austerizando a política fiscal, e restringindo as políticas monetária e creditícia. Na prática, o “arrocho” fiscal do início do mandato passou pelo fechamento de uma série de órgãos públicos, principalmente aqueles associados ao planejamento econômico, além da desregulamentação e “diminuição” do Estado, via redução de despesas com a máquina pública.

⁹ Estima-se que entre 1946-1950, o estoque de capital estrangeiro no Brasil elevou-se em torno de 16%, e os capitais norte-americanos praticamente dobraram sua participação relativa dentro deste estoque.

O refreamento da emissão monetária não fez com que se descurasse de emitir moeda quando necessário para atender ao sistema produtivo. Da mesma forma, o sistema de crédito, apesar de restringido pelo governo, seguiu disponibilizando recursos para fomentar a produção doméstica. Estas “brechas” funcionam como mais um indício forte do nosso argumento de que o Governo Dutra não teve a intenção de levar a cabo a ideia da “vocação agrária” ou descuidar da industrialização¹⁰.

Pode-se afirmar que a principal novidade da nova administração foi sem dúvida a política de liberalização comercial e financeira. Um elemento central desta nova política foi a reintrodução das licenças prévias para importações. A proposta ainda passava por uma política econômica de câmbio livre, e único, com garantia de retorno aos capitais que estivessem aqui aplicados. A ideia por trás desta liberalização passava por dois pontos: incentivar às importações, principalmente suprimindo o desabastado mercado interno de manufaturas, matérias primas e insumos básicos; por outro lado, propiciar uma economia mais atrativa para a entrada de capitais estrangeiros¹¹. Quanto à política cambial, praticamente manteve-se à conduta que vinha sendo levada até então, com a manutenção de um câmbio sobrevalorizado. Esta prática, além de carregar a retórica oficial de facilitação da importação de máquinas e equipamentos, também visava encorpar a oferta doméstica de artigos importados, e em última instância era mais um instrumento de combate à inflação. Houve também logo no primeiro ano do governo alguns encaminhamentos de reformas estruturais, como a bancária, a agrária e a tributária. Porém, apesar de todas elas terem sido amplamente discutidas e declaradas oficialmente como imprescindíveis, nenhuma foi levada à frente com ações mais práticas, e terminaram por ficar mais no campo das propostas do que na adoção prática de medidas e leis¹².

Em meados de 1947, a economia já vivenciava uma crise cambial relevante. Muito das motivações que levaram a esta crise já foram citadas na sessão anterior: avaliação oficial equivocada a respeito das reservas; manutenção da liberdade das contas de capital, ou seja, lucros e dividendos continuavam sendo enviados ao exterior livremente, enquanto a entrada de capitais ia se escassean-

¹⁰ Esta questão de retorno à filosofia da vocação agrária e descuido da industrialização é bastante polêmica. Autores importantes como Thomas Skidmore (1967) e Lessa & Fiori (1984) defendem esta ideia. Neste sentido, uma passagem de Bastos (2003, p.16, apud Draíbe, 1980, pp 144-145) define bastante bem o problema: “[...] o período não se caracterizou por um “retorno” ao velho liberalismo presumidamente característico da Primeira República, se com isto se quiser dizer a completa desconsideração dos interesses do “reaparelhamento” da indústria nos cálculos feitos quanto às opções de política econômica. Negar este extremo não quer dizer, inversamente, que os industriais se tornassem “hegemônicos” em algum período do governo. Mas entre admitir que não havia um programa coerente para fomentar a industrialização do país e afirmar que os interesses industriais não eram considerados nos cálculos das decisões ao longo de todo governo Dutra vai uma distância grande que permite posições intermediárias.”

¹¹ É notório aqui que toda essa ideia de liberalização estava pautada num certo otimismo do governo em relação ao quadro econômico, sobretudo internacionalmente falando. Otimismo este que de fato acabou não se realizando empiricamente nos anos posteriores, “iludindo” o governo, como já expusemos rapidamente.

¹² Para maiores detalhes sobre estas reformas, ver para Bancária, Tributária e Agrária, respectivamente: Minella, A. C., & Fróes, P. (1988). *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 530p; Draíbe, 1984; e Tapia, J.R.B. (1986) *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil, 1946-64*. Dissertação de mestrado, Campinas: FCH/UNICAMP.

do. Duas outras situações merecem destaque na composição deste cenário de crise cambial: a grande concentração de importações advindas dos EUA e exportações concentradas em países de moeda mais “fraca”, ou seja, o Brasil gastava os escassos dólares de suas reservas para importar e ameaçava grande quantidade de moedas inconvertíveis com suas exportações; um segundo ponto que contribuiu para o estouro da crise cambial foi o preço do café, que por diversos motivos conjunturais e concorrenciais, acabou sofrendo uma queda considerável nos anos subsequentes a segunda grande guerra.

Neste contexto de câmbio crítico e moedas convertíveis gastas, as autoridades se viram obrigadas a rever suas propostas iniciais, sobretudo para a política externa. A partir de maio de 1947¹³, menos de um ano e meio decorrido do governo Dutra, volta a crescer a intervenção estatal na área externa, fazendo-se principalmente através do contingenciamento das importações segundo o critério de essencialidade, em que seriam priorizados produtos considerados básicos ou essenciais como petróleo e derivados, trigo, remédios, insumos e matérias-primas para indústria.

A interpretação dos especialistas em torno deste controle de importações também é bastante controversa. Alguns, como Skidmore (1967), defendem que a restauração do regime de licenças prévias contingenciadas para importar foi uma opção do governo apenas para atingir um “equilíbrio curto-prazista”, sem qualquer consciência do impacto positivo que se teria sobre o “reaparelhamento” da indústria voltada ao mercado doméstico. Nas palavras de Skidmore (1967, p.98):

[...] Um equilíbrio a curto prazo só poderia ser conseguido pela adoção de uma dentre as medidas: a desvalorização ou o controle de câmbio. Escolhendo esta última, o regime de Dutra, provavelmente sem perceber as implicações de sua atitude, forneceu um poderoso estímulo à industrialização brasileira... Este processo não foi, de modo algum, produto de uma política deliberada por parte do governo Dutra. Ao contrário, resultou de medidas destinadas à solução de problemas imediatos, tais como a inflação interna e o desequilíbrio no balanço de pagamentos...Do ponto de vista dos que defendiam a industrialização do Brasil, são exemplos de ‘sonambulismo’ no planejamento da política econômica.

Por outro lado, numa interpretação para a qual este artigo converge, Bastos (2003) questiona a total inconsciência do governo, de sua política exterior em relação aos efeitos benéficos que esta traria sobre a industrialização. Diz ele:

Mas se é inevitável admitir que a prioridade conferida à inflação e a existência de certo ceticismo quanto aos efeitos positivos das desvalorizações cambiais (...) determinam porque a decisão de reagir aos desequilíbrios cambiais não envolveu uma desvalorização. Daí a afirmar que as consequências diretas do regime de licenciamento de importações sobre o “reaparelhamento” da indústria eram ignoradas vai um raciocínio arriscado, não amparado nos documentos da época (Bastos, 2003. p. 20).

¹³ Naquele mês de maio a SUMOC baixou a sua Instrução de nº 25, que alterava o regime cambial e continha as principais novas diretrizes da política exterior, inclusive o detalhamento do novo sistema de contingenciamento na cessão das licenças cambiais.

De certo, não se pode negar que a política exterior adotada a partir de 47 tinha sim um caráter curto-prazista de combate à inflação, e principalmente de reação à crise cambial que estoura em meados daquele ano. Porém, existe um grande abismo entre essa percepção e a afirmação de que o governo não tinha qualquer intuito direto, ou no mínimo discernimento de que aquelas práticas trouxessem benefícios importantes ao processo de industrialização em curso. A análise de documentos e discursos oficiais do período mostra que essa inconsciência não era tão latente quanto alguns autores assumiram. Em suma, acredita-se poder afirmar com razoável chance de correção: o “reaparelhamento” industrial de certo não era a prioridade número 1 do governo Dutra ao impor sua política exterior de contingenciamento das importações e manutenção do câmbio sobrevalorizado, porém, seus efeitos claramente benéficos para a atividade produtiva doméstica não eram desprezados, tampouco dessabidos, pelos formuladores de política econômica. Para concluir essa questão interpretativa, recorremos a uma fala bem definida em discurso do próprio presidente Dutra, que aponta num caminho muito distante da “tese de inconsciência dos efeitos industrializantes” da política exterior: “(...) o Brasil precisa importar, mas com a finalidade de equipar-se convenientemente, para incrementar a sua indústria e aparelhá-la do que lhe falta. Uma importação orientada conforme esse programa exige a fixação de justos critérios de oportunidade, seleção da natureza e da qualidade dos artigos” (Dutra, 1948. p. 147).

Ainda que os discursos presidenciais nem de longe esgotem a discussão, pois são tentativas de convencimento público, e acabam se afastando da ação prática, em muitos casos, como nesse específico que discutimos aqui, funcionam como um indicativo bastante consistente do nível de consciência do governo quanto às consequências possíveis de suas ações. Inegável é que, consciente ou não, o sistema de contingenciamento de importações teve grande relevância no expressivo crescimento industrial do fim dos anos 40. Buscando evitar a exaustividade dessa polêmica, avançamos para analisar os três anos finais do governo Dutra.

Em 1948 o governo, se viu obrigado a aprofundar o controle sobre as divisas conversíveis, haja vista os resultados pouco expressivos da Instrução 25. Como exemplo deste reforço na política impetrada no ano anterior, vale citar o Decreto-Lei 24.697, instituído em março de 1948, que regulamentava a Lei 262 (a Lei de 1947, que impetrou o sistema de licença prévia para importar) e garantia à CEXIM (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil) a responsabilidade de implantar e gerir o sistema de licenciamento segundo o sistema de prioridade (Saretta, 1996. p.118). Os controles do crédito e da emissão monetária seguiam rígidos, e a despeito das “brechas” que já citamos, o resultado da produção doméstica vinha longe de ser animador. Um trecho de reportagem do já mencionado jornal *O Observador Econômico* resume com exatidão o sentimento que se espalhava em relação à política econômica do governo Dutra: “[...] executando um plano puramente

financeiro não se consegue resultado econômico. Isto prova, mais uma vez, que nem sempre as boas finanças fazem a boa economia¹⁴.” Ou seja, o governo amealhara bons resultados na retração da dívida pública e na redução da emissão de meio circulante, porém os resultados em termos de produção interna ficavam estagnados.

O governo não ficou indiferente a todo este descontentamento. A partir de meados de 1948 marca-se uma nova virada dentro da administração Dutra. Não só pelos maus resultados da produção doméstica, nem apenas pelo descontentamento geral, mas a própria proximidade das novas eleições presidenciais que ocorreriam em 1950, também contribuía para essa espécie de reversão. A troca no ministério da Fazenda é bastante simbólica nesta nova guinada: Correia e Castro é afastado em junho de 1949, e substituído por Manuel Guilherme da Silveira, então presidente do Banco do Brasil. O primeiro houvera sido um ferrenho defensor das políticas ortodoxas, e de certa forma personificou toda aquela austeridade dos anos iniciais de governo. As políticas de cunho mais ortodoxo adotadas nos três anos anteriores foram relaxadas em alguma medida. Houve uma flexibilização nas metas fiscais e monetárias a partir de 1949, e o crédito à indústria cresce quase 40% naquele ano, contra menos de 20% de crescimento em 1948¹⁵.

Como mais um elemento dessa nova toada, veio também o Plano Salte, que pode ser considerado uma iniciativa de intervenção estatal planejada na economia, apesar de seu insucesso. O plano impunha metas de investimentos nos setores de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, citados sistematicamente pelo governo como os que mais padeciam de expansão e modernização em sua infraestrutura. Embora o Plano praticamente não tenha saído do papel, e segundo alguns autores¹⁶ já tenha sido anunciado sabendo que assim ocorreria, por falta de recursos, ele se revela um instrumento de análise importante, não só ao revelar a disposição do governo em diagnosticar e realizar mudanças estruturais na economia, mas também como figura simbólica do jogo político que se colocava à época, e que vai interferir também na gestão seguinte, de Vargas, que trataremos logo adiante¹⁷. O governo Dutra se encerra em 1950, com o seguinte cenário quanto aos principais indicadores econômicos: a inflação voltara a apresentar uma disparada, o crescimento foi retomado, com um vigoroso desempenho industrial na virada dos anos 1940-50; a situação fiscal, que havia estado razoavelmente organizada até 1948, voltou a se desequilibrar, principalmente devido aos relaxamentos da austeridade a partir daquele ano. A situação mais vantajosa era em relação às contas externas. O preço do café entrou numa tendência de alta significativa e a política externa ameri-

¹⁴ Trecho extraído de: O Observador Econômico e Financeiro, 146: 06, ano XIII, março de 1948, seção Notas Editoriais.

¹⁵ Estas informações e dados se encontram em Besserman, 1990.

¹⁶ Saretta (1996) é um dos defensores desta tese.

¹⁷ Para um detalhamento pormenorizado do Plano Salte, ver: Costa, 1970. E para maiores aprofundamentos sobre a questão política do período específico, ver: Benevides, 1981.

cana sinalizava que sofreria mudanças¹⁸, contribuindo para um bom resultado da balança comercial no ano de 1950. Esta era, em linhas bastante gerais, a herança que Dutra deixaria a seu sucessor, o próprio Vargas, que voltaria à presidência eleito democraticamente e assumindo em 1951.

3. A VOLTA DE VARGAS: O PROJETO ECONÔMICO DE UM GOVERNO QUE ENTROU PARA A HISTÓRIA.

Durante a campanha eleitoral de Getúlio Vargas, ao longo de 1950, o ex-presidente expusera claramente o seu projeto, que era centrado na industrialização e na modernização agrícola, enfatizando a produção para o mercado doméstico e reservando ao Estado um papel fundamental de articulador e estimulador. A industrialização, dizia o então candidato, deveria dar um passo além, avançando da produção dos bens de consumo para os bens de capital. No primeiro discurso de sua campanha oficial, Vargas enfatiza toda sua oposição às políticas empreendidas no governo Dutra, e resume o que seriam seus principais objetivos como “homem de governo” (Vargas, 1951. pp. 23-29):

Não desconheço a gravidade da situação econômica e financeira em que se debate o país. (...) Durante minha administração mantive, quando necessário, o regime de controle cambial estritamente para regular as importações, regime abolido pelo governo Linhares e só restabelecido pelo atual quando a invasão de mercadorias, muitas delas supérfluas, e a fuga de nossas disponibilidades cambiais deixaram o país endividado com os exportadores estrangeiros [...] Atribuindo-me a pecha de inflacionista, entregou-se, no começo, o governo a uma restrição de crédito súbita e perigosa, que arrastou casas de comércio, fábricas e até bancos à moratória ou à falência, e paralisou, já não direi o surto de novas indústrias, mas a estabilidade das existentes, contribuindo assim mais para atrelar-nos à dependência estrangeira em muitos ramos de produção em que já triunfara o similar brasileiro (...) Homem de governo, não descurei, igualmente, os meus deveres para com as forças – hoje combatidas – da produção nacional em qualquer de seus ramos, estabelecendo uma política orgânica de assistência aos interesses do comércio, da indústria e da agricultura...Urge retomar o programa de amparo à industrialização progressiva do país, dando prioridade às indústrias de base...

A consecução deste objetivo exposto ao final adviria tanto de estímulo aos investimentos privados, quanto de investimentos públicos em infraestrutura, principalmente nos setores de transportes, comunicação e energia. Por diversas vezes ao longo da corrida eleitoral o próprio Vargas definira sua candidatura como uma opção desenvolvimentista para o Brasil. Havia bastante apelo ao ideário nacionalista, mas não se percebia qualquer objeção direta ao capital estrangeiro. Getúlio era, em última instância, um nacional-desenvolvimentista na acepção plena do termo: buscava aliar o interesse nacional ao desenvolvimento, impulsionado pela vontade política concentrada num Estado forte, de novas atividades econômicas, especialmente as industriais. Vargas não se mostrava um

¹⁸ O presidente Truman, já em 1949, começava a sinalizar positivamente em relação ao financiamento americano oficial para o Brasil. Contribuía para isso o papel destacado de Osvaldo Aranha na ONU, o contexto da Guerra Fria e a emergência da Guerra da Coreia, para a qual era esperado inclusive o envio de tropas brasileiras, nos moldes do alinhamento da II Guerra.

xenófobo como muitos colocavam, nem tampouco um “entreguista” como se chegou a aventar, mas era sim flexível, pragmático e politicamente idealista (Bastos, 2009).

A três de outubro de 1950, Vargas é eleito democraticamente presidente¹⁹, tem sua vitória contestada pela UDN, mas é diplomado pelo TSE como novo presidente em Janeiro de 1951. Ao tomar posse, a nova presidência se depara com uma conjuntura econômica, que se não era das piores em termos dos indicadores, vinha dando sinais de agravamento, e nem de perto alimentava a euforia com que o governo anterior houvera iniciado seus trabalhos. Conforme citamos no fim da última sessão, a inflação voltara a disparar, passando de 3,5% em 1948 para 9,5% em 1950; o cruzeiro estava bastante valorizado em termos reais e havia ainda grande escassez de moedas conversíveis, marcadamente o dólar norte-americano, apesar das contas externas terem apresentado uma melhora considerável no fim do governo Dutra. A conjuntura mundial que se apresentava também não era das mais interessantes para Vargas iniciar seu governo: a eclosão da Guerra da Coreia em meados de 1950 trazia forte retração no fluxo de comércio global e a indústria têxtil de algodão, segundo item de nossa pauta exportadora, enfrentava uma crise internacional significativa. Resumidamente, podemos dizer que Getúlio se deparava com o velho e tradicional dilema das economias periféricas: “estabilização vs crescimento”²⁰. Fazer a economia crescer aceleradamente impõe a necessidade de mais importações de bens de capital e insumos básicos, além de elevar os gastos públicos e o consumo doméstico, fatores que acabam incitando os problemas de balanço de pagamentos e inflação.

Diante deste quadro, analisemos agora o projeto econômico que Getúlio e sua equipe começam a pôr em prática. Primeiramente, vale citar a composição desta equipe. A principal força seria Horácio Lafer, empossado como Ministro da Fazenda. Lafer tinha forte vínculo com grandes grupos empresariais, era defensor de um alinhamento privilegiado com os EUA, tinha uma visão bastante ortodoxa do funcionamento do sistema econômico, mas em simultâneo, trazia fortes aspirações desenvolvimentistas. A composição da equipe se deu através de pessoas que compartilhavam em alguma medida essa visão mais ortodoxa com seu principal gestor, como Walter Moreira Salles, indicado para a diretoria executiva da SUMOC. As exceções ficaram por conta de Ricardo Jafet, designado para a presidência do Banco do Brasil, que tinha visão um pouco divergente em relação ao ministro Lafer, e também da recém-criada Assessoria Econômica²¹, encorpada por homens de inten-

¹⁹ No pleito de 1950, Vargas derrotara o mesmo candidato udenista que Dutra vencera alguns anos antes: Eduardo Gomes. Além do candidato do PSD, Cristiano Machado.

²⁰ O próprio Vargas fala diretamente sobre esse dilema em seu principal discurso da campanha eleitoral. Diz ele: “[...] todo e qualquer programa de desenvolvimento econômico será fadado ao fracasso irremediável, como o foram os ultimamente ensaiados, desde que não contem com o amparo de uma política que oriente, equilibradamente, as finanças públicas.” (Vargas, 1951. p.65)

²¹ A Assessoria Econômica da Presidência da República foi criada por Vargas logo no princípio de seu mandato, com dois objetivos claros: assessorar diretamente o presidente nos assuntos cotidianos de governo, e ser um órgão informal de planejamento. A composição tinha nomes muito tradicionais da política e economia brasileira, como Rômulo

sa tradição desenvolvimentista. Porém, apesar da divergência entre eles ter criado alguns desentendimentos na formulação das políticas econômicas, pode-se dizer sem grandes controvérsias que a equipe esteve sintonizada, ao menos nos dois primeiros anos de governo, em torno de um objetivo comum: o saneamento econômico-financeiro da economia brasileira. Nestes primeiros anos, o governo pretendia cumprir a chamada “fase Campos Salles”, preparando a economia para os subsequentes empreendimentos e fortes investimentos, sobretudo infraestruturais, no que seria a “fase Rodrigues Alves”.²² No primeiro momento, a ideia era “organizar a casa”, sanear as contas públicas, combalidas nos anos finais da gestão Dutra, atingir o fadado equilíbrio orçamentário e combater a inflação. Posteriormente, as políticas fiscal, monetária e creditícia seriam flexibilizadas, daí viriam os investimentos públicos e o estímulo aos investimentos privados.

Toda essa boa perspectiva que se tinha, ao menos idealmente, era calcada na mudança de política do governo norte-americano em relação aos programas de financiamento oficial para a América Latina. O presidente Truman, logo no seu discurso de posse em 1949, já sinaliza nessa direção mais “amigável” em relação aos países latino-americanos. Essa reversão vai se tornar mais efetiva com o início das hostilidades na Coreia, e especificamente na política para o Brasil, se acelera esse processo com a vitória de Vargas nas eleições presidenciais. Como forte indício da interferência varguista na aceleração do processo, temos a aprovação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU): ainda no início de 1950, com Dutra na presidência, o governo solicita formalmente financiamento oficial daquele país para a realização de um amplo programa de reequipamento e investimentos infraestruturais. Propõe-se também a criação de uma comissão mista para elaborar estudos e preparar projetos correspondentes a este programa. Nos meses seguintes, a solicitação é praticamente ignorada na prática, e a proposição brasileira só vai ser aceita em dezembro daquele ano, já com a vitória de Vargas consolidada e amplamente conhecida. Logo em fevereiro, menos de um mês após a posse de Getúlio, o subsecretário de Estado norte-americano Edward Miller veio ao Brasil para se reunir com o presidente e costurar um acordo de *cooperação recíproca*²³. Do lado americano, a cooperação seria financeira: 250 milhões de dólares seriam cooptados e estariam disponíveis logo de início como crédito ao Brasil. O próprio Miller declarou que: “[...] o Governo dos

de Almeida, Cleantho de Paiva Leite e Ignácio Rangel. Segundo o último, Getúlio teria dito certa vez, mostrando claramente a premente importância que dava à Assessoria: “O presidente (Vargas) disse: “Eu sei” – porque a Polícia política tinha avisado – “tudo sobre o Sr. Rangel, mas diga a ele que esteja à vontade, que ele se sinta em casa, porque aduladores eu tenho; homens capazes de dizer que estou errado, isto é muito raro; e ele é um desses”. (Rangel l. Depoimento: 1987-8, Rio de Janeiro: Programa de História Oral do CPDOC-FGV, p.5)

²² A fórmula “Campos-Salles - Rodrigues Alves” do II Vargas levou este nome em homenagem aos ex-presidentes Manuel Campos Salles(1898-1902) e Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906). O primeiro, devido à forte crise que se abatera na economia, a conhecida crise do Encilhamento, foi obrigado a adotar medidas fortemente restritivas, para sanear e organizar as contas públicas. O segundo ficou conhecido pela reforma gigantesca que empreendeu no Rio de Janeiro, então capital federal, e pela Revolta da Vacina, que ocorreu em seu mandato.

²³ Do lado brasileiro, a contrapartida feita pelo governo seria facilitar as exportações de matérias-primas de interesse estratégico para os EUA, em particular o manganês de Urucum e do Amapá. (Besserman,1987)

EUA tinha examinado os problemas de emergência do Brasil e que tanto o Banco Internacional quanto o Banco de Exportação estavam prontos a, desde logo, abrir uma conta financiamento ao vosso país no mesmo valor dos investimentos já realizados (...) esses investimentos atingem a 250 milhões de dólares²⁴.”

Uma “contrapartida indireta” seriam as medidas de austeridade que o governo Vargas empreendia. Dois trechos de documentos oficiais comprovam esta “exigência”: Em carta do ministro das relações exteriores João Neves da Fontoura à Vargas, ainda em fevereiro de 1951, diz ele: “[...] Praticamente os conseguimos – e até mais – pois a quantia de 250 milhões, ficou bem claro, não é um limite, mas um começo de conversa. **Tudo está em que não haja razões ou fatos que quebrem essa linha de política externa e de política econômico-financeira.**” (Arquivo CPDOC: GV 51.02.21/1, destaques nossos). Em memorando preparatório para as conversações de Edward Miller no Brasil, podemos encontrar o seguinte comentário: “O governo dos Estados Unidos concorda com o governo brasileiro que apropriadamente toma medidas para controlar a inflação e já realizou um vigoroso ajuste fiscal, além de outras medidas para lidar com este problema”(Relations, 1951, v.II, p.1192. Tradução livre).

Toda a ideia de equilibrar o orçamento público para depois realizar empreendimentos maiores, materializou-se em ações e resultados efetivos: o investimento público caiu 3% no ano de 1951, em comparação com o ano anterior; a participação governamental na formação bruta de capital fixo caiu consideravelmente, de 28,4% para 20, 3% do PIB, no mesmo período; algumas políticas possibilitaram um aumento significativo da receita pública, de Cr\$19,37 para Cr\$23, 17 bilhões, ao passo que as despesas retraíram-se de Cr\$ 23, 67 para Cr\$20, 78 bilhões, em valores de 1950. Em consequência também destas políticas, houve uma queda no ritmo de crescimento do PIB: 4,9% de crescimento em 1951 com relação a 1950, enquanto no biênio anterior a economia havia crescido 9,7% e 7,7%, respectivamente. Resultado negativo, e também diretamente relacionado a estas políticas de austeridade, foi em relação ao desempenho da indústria. O crescimento do produto industrial foi de 5,3% entre 1950 e 1951, contra 11% e 12% respectivamente, nos dois últimos anos de governo Dutra²⁵. Além do bom resultado em termos de déficit público, há outro êxito da nova política econômica: a interrupção da escalada inflacionária. A taxa de variação dos preços se estabilizou em torno de 12% nos anos do II governo Vargas.

Esta fase “Campos-Salles”, de estabilização, dura até meados de 1952, quando começa a perder força. Dois dos sintomas desta perda de força: a considerável expansão do crédito pelo Ban-

²⁴ Essa declaração se encontra em carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas, de 19 de fevereiro de 1951, disponível no arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), sob a referência: GV 51.02.19/1.

²⁵ Estes dados estão detalhados em Fonseca, 2010. p.10-11.

co do Brasil no segundo semestre daquele ano; e o registro de expansão da dívida pública ainda no primeiro semestre, nos três níveis de governo, inclusive o Federal. A pressão pelo aumento dos gastos públicos vinha se tornando insustentável, sobretudo por parte dos empresários, mas também pelo funcionalismo, que exigia aumento de salários, acompanhando o movimento sindical que ganhava força. Ao longo do ano, o governo vai afrouxando as políticas restritivas empreendidas no ano anterior, inicialmente via abrandamento da política monetária, com expansão creditícia e liberalização das importações. Os resultados do ano apontam claramente para esta espécie de reversão na política econômica: o PIB se expande em 7,3% (após quatro anos de crescimento em desaceleração), e a balança comercial apresenta saldo negativo de US\$ 286 milhões.

Ainda em 1952 ocorre o estouro de um colapso cambial na economia brasileira. Muito desta crise pode ser explicado pela escassez de divisas conversíveis que assolava o país desde o governo anterior, como já tratamos anteriormente, mas também pelo relaxamento do governo Vargas, em relação a concessão de licenças para importar. Havia no início dos anos 50 uma percepção de que o mundo caminhava para novas tensões políticas importantes, que poderiam até desembocar na eclosão de uma nova guerra de escala supranacional. Isso fez com que o governo acelerasse o ritmo de concessão das licenças de importação, a fim de abastecer o mercado doméstico de produtos essenciais e materiais estratégicos, para que as atividades internas sobrevivessem por alguns meses, no caso de um conflito que restringisse a oferta internacional novamente²⁶. Nesta toada, o nível de importações se elevou consideravelmente entre 1950 e 1951: em tonelagem, a importação de bens intermediários cresceu 19% e a de bens de capital em torno de 56%²⁷. Em contrapartida, o ano de 1952 foi complicado para as exportações brasileiras. O balanço do ano apresentou uma redução de 20% no nível global de produtos exportados. Esse resultado ruim se deveu muito às exportações não-café, seja pelo desaquecimento natural após o *boom* comercial de 1950-51, seja pela sobrevalorização real da moeda brasileira e da perspectiva de desvalorização – que induz a retenção de estoques –, ou ainda, em virtude da crise mundial da indústria têxtil.

Portanto, o colapso cambial que atinge a economia brasileira do meio para o fim de 1952 pode ser fundamentado em três pontos principais: o aceleração do ritmo de concessão de licenças para importação no início do governo Vargas; o contexto internacional conturbado, com a guerra da

²⁶ Há um discurso do então ministro da fazenda Horácio Lafer que define muito bem este temor e necessidade de “folgar” as licenças de importação: Em junho de 1950, a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior propôs à Carteira de Exportação e Importação a formação de um estoque, chamado de guerra, fora das disponibilidades normais ou do orçamento cambial... Essa política foi prosseguida pelo atual governo. Qual era, então, a situação? O país desprovido de matéria prima, de máquinas, de tudo, e uma situação internacional inquietante e ameaçadora [...] Qual o governo que poderia correr o risco, diante da situação mundial que pressagiava um conflito internacional, de deixar as indústrias desprovidas de matérias primas e o País ameaçado de paralisação nas atividades privadas, dentro daqueles primeiros meses [...] (Lafer, 1988. pp. 704-705).

²⁷ Em termos de bens de consumo, este tipo de importação praticamente não se fez utilizando reservas cambiais líquidas, por isso não entrou aqui neste levantamento para as causas do colapso cambial de 52.

Coreia ainda acontecendo (só teria fim no ano de 1953) e ainda, uma forte geadas quebra a produção argentina de trigo, obrigando o Brasil a importar o produto dos EUA, mais caro e em dólar; e por fim, a difícil herança estrutural com a qual a balança comercial brasileira tinha de conviver. Do lado das exportações, dependia-se fortemente dos bens primários e do lado das importações, havia dependência quase total de insumos intermediários e bens de capital, à medida que a base técnica da produção industrial interna ainda era relativamente muito pouco desenvolvida. Dois últimos elementos também contribuíam para a vulnerabilidade cambial do país. Um deles é o impacto deficitário das transações líquidas de capital. Vargas falou repetidas vezes em seus discursos de campanha que a economia brasileira sofria um “sangramento” de seus capitais via remessas de lucros e dividendos para o exterior, mas pouco fez na prática para mudar este quadro; o segundo era o vigoroso acúmulo de atrasados comerciais²⁸ na economia brasileira dos anos iniciais do governo varguista.

Em reação à crise, destacam-se algumas ações já no início do ano de 1953. A primeira iniciativa, sem êxito, foi a busca de empréstimos-ponte, para liberar os atrasados comerciais. Ainda em janeiro de 53 o governo instaura a Lei do Mercado Livre (Lei nº 1807), que instituiu um mercado livre de câmbio para transações financeiras (regulando entradas e saídas através de uma taxa específica de câmbio). A partir desta lei o governo foi desvalorizando o cruzeiro em termos reais. Nesta reforma cambial do início do ano já foram criadas três taxas diferentes de câmbio, preparando o terreno para o que seria a reforma mais robusta do comércio exterior, a Instrução 70 da SUMOC, outorgada em 09/10/1953. A Instrução instaura um regime em que vigorariam cinco taxas diferentes de câmbio: a taxa mais valorizada ficava com a categoria que incluía máquinas, equipamentos e insumos básicos para a indústria, que não tivessem fabricação doméstica; as demais categorias iriam tendo o câmbio mais desvalorizado, de acordo com o grau de essencialidade das importações nelas incluídas. Estas cinco taxas funcionariam em um sistema de leilões de câmbio, eliminando a sistemática do licenciamento prévio para importar. A instituição deste sistema de leilões de divisas, inclusive, configurou-se numa fonte de arrecadação extremamente importante para o Estado, posto que os ágios derivados da venda das cambiais seriam totalmente apropriados pelo próprio governo. (Bastos, 2012. pp 15-17).

Duas situações ainda merecem destaque no correr do ano de 1953: em março, a eclosão da chamada “greve dos 300 mil, em São Paulo. O movimento grevista se espalhou pelo país, e sinalizava decisivamente como enfraquecimento de uma das principais bases de sustentação daquele gover-

²⁸ Sendo um pouco menos rigorosos, podemos definir os atrasados comerciais da seguinte forma: os importadores brasileiros buscavam financiamento externo para pagar suas importações. Os bancos estrangeiros pagavam aos exportadores externos e estes por sua vez enviavam as máquinas e equipamentos ao Brasil. Quando vencia o financiamento, estes importadores brasileiros precisavam ter os recursos para honrar seus compromissos. Ocorre que o Brasil convivia constantemente com a falta de divisas, sobretudo as conversíveis, e muitas vezes estes compromissos não podiam ser honrados, o que implicava no acúmulo dos *atrasados comerciais*.

no, justamente a classe trabalhadora. A fim de refortalecer a coesão de seu governo, Vargas decide fazer uma reforma ministerial praticamente total²⁹. Uma das substituições dessa reforma é a de Horácio Lafer por Osvaldo Aranha na pasta da fazenda. Outra indicação importante foi a de João Goulart, então presidente nacional do PTB, para o Ministério do Trabalho. Goulart foi o principal artífice, juntamente com o próprio Vargas, do aumento de 100% no salário mínimo, decretado em maio de 1954³⁰, com objetivo de reaproximar o governo dos trabalhadores, já com vistas à eleição daquele ano; um segundo fato marcante daquele ano de 1953 foi a criação da Petrobras, em meio a um aguçamento do sentimento nacionalista com a campanha pela nacionalização e monopólio da exploração petrolífera.

No bojo de todas as pressões que forçaram o desequilíbrio nas contas públicas, pode-se dizer que o objetivo do governo no ano de 1953 - tanto no ministério Lafer, quanto na gestão Aranha - o de perseguir parâmetros mais ortodoxos na condução da política econômica, não pôde ser atingido. Além do déficit público, vale destacar como um indicador direto para esta percepção o avanço dos índices de inflação: de 12% para 20,8% entre 1952 e 1953. Vale lembrar aqui que as desvalorizações cambiais decorrentes da Instrução 70 também têm papel relevante na alta dos preços. Em termos de desempenho econômico, o último ano completo do governo Vargas fecha com 2,5% de crescimento do PIB, o pior desempenho desde a recessão de 1947. Por sua vez, o produto industrial teve um desempenho interessante, registrando alta de 8,7% no agregado dos doze meses. Já o ano de 1954 começa com uma boa perspectiva para a economia brasileira, ao menos em termos de evolução do setor externo. Isto se dava por duas expectativas: as receitas geradas pelas exportações do café, e a possibilidade de renegociar com o Eximbank³¹ as condições de pagamento do empréstimo de 300 milhões de dólares obtido no ano anterior. Enquanto a segunda expectativa mostrou-se verdadeira na prática, a primeira, a respeito do café, foi falseada pela realidade dos fatos. Apesar de o otimismo consensual ser bastante justificável pela alta do preço do produto entre 1953-54, logo nos primeiros meses do ano a perspectiva se esvai com a queda brusca e violenta nas exportações de café. A explicação central desta retração abrupta vem dos Estados Unidos. A forte alta dos preços entre 1953-1954 foi o estopim de uma nova campanha desencadeada contra a especulação (por parte dos grandes produtores, aí incluído o Brasil) e o consumo de café. Resultado desta campanha: o

²⁹ Dentre todos os ministros civis, só restou em seu cargo João Cleofas, ministro da agricultura, e único udenista dentre os ministros. Cleofas deixaria o governo no ano seguinte, para concorrer ao governo de Pernambuco.

³⁰ À altura do anúncio de que o salário mínimo dobraria, Goulart já não era mais o ministro do trabalho. A pressão contra o governo Vargas pela demissão do ministro ficou insustentável no início de 1954, com o "Manifesto dos Coronéis", advindo de uma reaproximação da UDN com os militares. Vargas inicialmente resistiu a pressão, mas em fevereiro de 54 demitiu João Goulart do cargo.

³¹ A projeção de conseguir uma boa renegociação para esta dívida vinha do fato de que o Congresso norte-americano devolvera ao Eximbank seu *status* e independência, o que facilitaria as tratativas. Na prática, a projeção se confirmou: a presidência do banco aceitou a extensão do prazo de pagamento para 84 meses, o que reduziu a parcela mensal de US\$13 milhões para US\$ 4 milhões.

principal mercado para o café brasileiro reduziu suas importações do produto violentamente, o que gerou, em quantidade, quase 15% menos de sacas exportadas entre janeiro e maio de 1954, em relação ao mesmo período do ano anterior. Para os doze meses, a queda foi ainda mais intensa: em torno de 28% a menos de sacas exportadas em 1954, com relação a 1953³². Vale acrescentar ainda três fatos para o fraco desempenho do café brasileiro em 1954: o efeito da forte geada que houve naquele ano sobre a produção brasileira foi bem menor do que se esperava; os demais grandes produtores da América Latina e sobretudo africanos e asiáticos, tiveram safras maiores do que as expectativas; os Estados Unidos, em reação a política adotada pelo governo brasileiro de sustentação de um preço mínimo, deslocaram o restante de suas importações de café para outros países.

Por fim, vale citar o comportamento da política creditícia neste contexto: durante os oito meses da gestão Aranha até o suicídio de Vargas em agosto, houve substancial expansão do crédito. Os empréstimos do Banco do Brasil dispararam 33% em relação ao fim de 1953 (o que em termos reais configura um crescimento significativo de 12,9%). Vale ainda o destaque de que essa expansão não representa - ao menos as outras vertentes não apontam para isso - uma reversão da política econômica na direção de políticas expansionistas, que articulariam uma virada *nacional-populista* de Vargas. A expansão creditícia vem apenas no bojo de pressões específicas do ambiente econômico: as condições determinadas pela Instrução 70; a política adotada para o café; a exigência de atender às demandas dos governos estaduais, com vistas às eleições do fim do ano; e ainda pelos efeitos do aumento do salário mínimo. Tudo isso tornava praticamente impossível para o governo, apesar de seus esforços, fazer frente às enormes pressões que compeliavam nesse sentido.

Por toda a conjuntura já exposta, aliada a outras pressões de cunho político, o governo Vargas foi gerando um descontentamento geral, em praticamente todas as classes: desde o povo e os trabalhadores, outrora base forte de sustentação varguista, até os industriais e empresários, passando pelos exportadores e pela classe política. O isolamento político de Getúlio era um fato consumado. O cenário era cada vez mais propício a violenta campanha oposicionista que ia ganhando cada vez mais força. Um quadro de golpe para depor o presidente, embora não exitoso como ocorreria dez anos depois, ia se desenhando, e ainda que não se chegasse a este extremo, os resultados das eleições de 1954 e a sucessão presidencial selariam o fim daquele governo. O atentado da Rua Torneleiros completa uma situação que já era irreversível. Getúlio atira contra si mesmo e morre em 24 de agosto de 1954. Sobre o suicídio e o que se segue a ele, recorreremos às palavras de Hélio Jaguaribe (1983, Prefácio.):

³² Estes dados foram retirados de: *EXPOSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO – Exercício de 1954*. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 1952-1969. Anual. Continuado por Relatório das Atividades BNDE. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2727>

O suicídio de Vargas desmontou, com o sacrifício de sua vida, os aspectos mais sinistros do golpe. O que seria uma antecipação de 1964 se converteu numa administração de gestores de negócios, que tiveram de devolver à vontade popular, representada por Juscelino Kubitschek, o poder que lhe haviam subtraído por via conspiratória (...)

4. CONCLUSÃO: UMA COMPARAÇÃO DIRETA EM TORNO DE ALGUNS PONTOS ESPECÍFICOS.

Algumas questões se colocavam muito firmemente à época nos debates sobre a condução da política econômica numa visão mais ampla. Muitas delas estavam permeadas por temas como *nacionalismo, desenvolvimentismo e populismo*. Historicamente, Dutra é tido como um liberal irrefreável e mais elitista em alguma medida, enquanto Vargas é frequentemente olhado como um presidente populista (muito dessa fama devendo-se à recorrente antonomásia de “pai dos pobres”), além de nacionalista e avesso ao capital estrangeiro. Vejamos estas “definições históricas” mais de perto.

Primeiramente, podemos definir sem maiores riscos de controvérsias: Dutra não era um liberal convicto e irremediável, que impusera suas convicções liberalizantes sobre a política econômica independente de qualquer coisa. Talvez até o pudesse ser em seu íntimo, mas quando foi presidente, ao menos nos primeiros momentos, não havia alternativa. Ele assume em 1946, em meio à crise do Estado Novo, e com o ideário liberal tomando conta de todas as esferas de governo e sociedade, como a solução para expurgar o legado “maldito” da era Vargas. O governo Dutra se inicia num momento em que a liberalização econômica era fortemente associada à liberalização política, como se a primeira não fosse possível sem que a segunda viesse junto com ela. Ou seja, o processo de redemocratização foi associado necessariamente à liberalização econômica, segundo a corrente que mais ganhava força na época, e qualquer governo que assumisse não poderia ficar inerte a este movimento. Além do liberalismo exacerbado dos primeiros meses de governo, dois fatos ainda contribuíram para a imagem de um Dutra liberal e conservador passar à história: a declaração de ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1948; e a simpatia pessoal demonstrada por Dutra com relação ao nazi-fascismo, no início da Segunda Guerra.

Daí a definir aquela administração apenas como liberal, conservadora e anti-desenvolvimentista vai uma discrepância enorme, e fazê-lo seria no mínimo arriscado, à luz dos fatos. Alguns elementos corroboram nossa ideia: Dutra foi o presidente que inaugurou, se assim podemos dizer, uma *administração política* dos problemas cambiais, em substituição aos mecanismos mercadológicos de controle do câmbio (Fonseca, 2010. pp.24-25) . Essa administração direta do Estado sobre a política cambial, através de instrumentos diversos, vigoraria até o governo Jânio, e nada tem de muito liberal em sua compreensão ideológica. Em 1947-1948, quando criou e depois aprofundou o sistema de contingenciamento das importações, o governo classificou no primeiro grupo de essencialidade os bens de capital, intermediários e insumos básicos concernentes ao pro-

gresso industrial e modernização agrícola. E no último grupo aqueles produtos cuja produção doméstica oferecia similar para consumo. Depreende-se daí que o governo em momento nenhum rompeu na prática com o *desenvolvimentismo*, nem tampouco com o processo de industrialização que vinha em curso acelerado, sobretudo a partir de 1930. Pode-se discutir até a intencionalidade do governo ao mudar o regime cambial, em relação aos efeitos benéficos sobre a produção industrial interna³³, mas não existe discussão cabível quanto ao entendimento da administração Dutra de que o processo de Substituições de Importações era necessário e deveria permanecer ocorrendo. Portanto, Dutra, conquanto fosse um liberal, era um *desenvolvimentista* em alguma instância.

Vargas por sua vez, era um estatizante irremediável. Acreditava num Estado nacional forte, e capaz de conduzir o país ao desenvolvimento, juntamente com progresso social. Já havia provado isso no seu primeiro período à frente do Brasil, entre 1930-1945, e não foi diferente quando voltou ao poder em 1951. Apesar da conjuntura fortemente adversa, e das reversões de política econômica que foi obrigado a conduzir, nunca descuidou do objetivo do desenvolvimento, nem tampouco de sua vertente nacionalista. Tomando emprestada uma definição concisa de P.P.Z. Bastos, podemos afirmar: “Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia a intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo” (Bastos, 2003. pp 2-3). Assim como seu antecessor (e sucessor do primeiro governo), Vargas refutava categoricamente aquela tradicional posição ufanista de ode às riquezas naturais, que desembocaria na concepção da chamada “vocação agrícola”, e acreditava piamente nas novas atividades econômicas, com a indústria em particular.

Uma questão que costuma ser cara ao projeto nacional-desenvolvimentista diz respeito ao capital estrangeiro. Uma visão muito consagrada na história do senso comum entende que Getúlio, enquanto empenhador de tal projeto, era contrário à entrada de capitais externos no país. Pois na realidade, ele nunca o foi. Tampouco Dutra era um adulator incalculável deste mesmo capital, ou um “entreguista”. Fatalmente, em comparação com Dutra, a vertente nacionalista de Vargas era mais exacerbada, mas podemos dizer que o que ambos queriam na relação com o capital estrangeiro era de alguma forma limitar sua entrada em áreas específicas, onde o capital nacional não fosse capaz de fazer os investimentos necessários, além de regulamentá-lo, para que a entrada e a saída destes capitais não fossem feitas da forma desorganizada que houvera sido até então. Nenhum dos dois era xenófobo ou coisa parecida, embora os discursos de Getúlio fossem carregados de uma retórica nacionalista exacerbada, que por vezes induzia a esta percepção.

³³ Já definimos claramente na sessão 2 a posição do presente estudo em discordar da hipótese de “sonambulismo” ou “inconsciência” da gestão pública em relação às consequências favoráveis que o contingenciamento das importações traria para o setor industrial. Apesar de não ser a sua prioridade, o governo Dutra tinha consciência de que traria efeitos positivos para a indústria nacional.

Afora o discurso apaixonado, Vargas nunca tomou na prática medidas que indicassem qualquer tipo de aversão ao capital externo. Dutra, por sua vez, embora tenha sim feito uma liberalização dos fluxos de capital estrangeiro logo no princípio de seu governo, facilitando a atração de capitais, e abolindo as limitações ao retorno destes capitais, deixava claro a sua posição de que o capital externo entraria em áreas determinadas, e desde que fosse comprovado seu benefício para a economia nacional. Nas palavras do próprio Dutra: “Abrimos as portas ao capital alienígena sempre que ele possa colaborar ativamente na exploração racional de nossos recursos naturais, no aperfeiçoamento de nossas instalações técnicas, na criação de novas indústrias, e continuaremos esta política com as precauções necessárias para que esta colaboração seja de fato benéfica à economia nacional” (Dutra, 1946. pp. 95-7).

Outra situação que suscita uma comparação interessante entre os governos aqui discutidos, é o comportamento do governo em relação ao salário mínimo. No bojo desta questão específica vem a relação do governo com os movimentos sindicais. No fundo são duas situações que estão numa só toada: a forma da relação governo-trabalhadores. No início da gestão Dutra percebe-se uma ligação relativamente amistosa entre o governo e os sindicatos. O congresso chega a aprovar naquele ano algumas resoluções no sentido da liberdade de organização interna, fim do poder de intervenção e restrições à fiscalização do Ministério do Trabalho; além do direito de sindicalização para todos os trabalhadores, aí incluídos funcionários públicos e rurais. A partir de maio de 1947 é que a situação muda. Segue-se ao fechamento do PCB naquele mês, uma onda de repressão ao movimento sindical que teve ainda marcados os fechamentos da CTB (Confederação dos Trabalhadores Brasileiros) e das Uniões Sindicais estaduais. Vale citar que, mesmo na fase inicial mais “branda”, a polícia política montada na ditadura do Estado Novo, seguiu atuando e mantendo constante vigilância sobre a organização sindical. Esta vigilância, e a repressão, também se acentuam a partir de 1947. Em termos de reação dos trabalhadores, podemos citar o alto número de greves: somente no Rio de Janeiro, entre 1945-1947, foram registradas 46 greves “oficiais”, sendo 43 somente em 1946. Em São Paulo foram 60 greves apenas nos dois primeiros meses de 1946, logo após a posse de Dutra, o que mostra nitidamente que a classe trabalhista reagiu muito mal à eleição e posse do general. No ano de 1947, quando a repressão do governo é arrochada, aplica-se uma legislação que na prática implica a limitação da realização de greves. Tirantes alguns movimentos grevistas isolados, somente em 1951 retornariam as ações mais ativas de paralisação dos trabalhadores. Toda esta relação conturbada entre o governo e a classe trabalhadora, aliado a outros fatores como a austeridade nos gastos públicos, se reverte também numa política de contenção na determinação do salário mínimo oficial. Em 1951, o soldo mínimo apresentava um valor real 40% inferior ao estipulado dez anos antes. Em termos práticos, era o menor patamar desde a criação do mínimo salarial. O governo Dutra adotou, como uma de suas medidas anti-inflacionárias, a cessão dos ajustes salariais. Esta política só foi

possibilitada ao governo pelo fato de manter uma relação distante com os trabalhadores, e não tê-los como parte fundamental de sua base de sustentação política, conforme ocorreria com Vargas.

Getúlio, por sua vez, era frontalmente oposto a Dutra em relação à classe trabalhadora. Fora o principal fundador do Partido Trabalhista Brasileiro, e o grande artífice da Consolidação das Leis Trabalhistas, ainda no seu primeiro governo. Desde o princípio de sua ascensão política, sempre teve nos trabalhadores uma base fortíssima de apoio político. Vargas volta ao poder em 1951 com um discurso bem alinhado com a classe trabalhista, e por isso já assume com uma pressão pelo descongelamento do salário mínimo praticamente inadiável. Ocorre que a primeira fase de seu governo, como já colocamos anteriormente, seria a fase da estabilização. Firme em seu projeto de estabilização, e a despeito de toda pressão sindical e das promessas de campanha, o governo termina seu primeiro ano sem reajustar o mínimo, mantendo-o no mesmo nível de 1943, quando o próprio Vargas o houvera ajustado pela última vez. Vargas justificava essa ação dizendo aos trabalhadores que àquela altura havia “pouco para se dividir”, e que medidas amargas deveriam ser tomadas no curto prazo, para que se atingisse mais a frente um desenvolvimento econômico geral, e consequentemente mais e melhores oportunidades de emprego e salários. Essa prática “responsável” do governo Vargas em seu início é bem marcante contra a memória comum que classifica aquele presidente como um populista irremediável. O governo não aderiu ao “populismo salarial” e mostrou bastante coerência nesse caso entre o discurso na busca de estabilidade e a ação restritiva. Apenas em meados de 1952, já quando a política inicial austera começa a ser revertida, é que o governo concede o primeiro reajuste salarial. No entanto, a relação outrora de apoio incondicional dos trabalhadores e sindicatos para com Getúlio, já não era tão solidificada assim. As políticas restritivas do início, do governo e a demora na concessão do reajuste fizeram com que esta base ficasse ameaçada. Prova disso é que em março de 1953³⁴ estoura em São Paulo a conhecida “greve dos 300 mil”, um importante movimento grevista, que acabou se espalhando por todo o país, e recebeu esta alcunha porque apenas no estado original, estima-se que quase 300 mil trabalhadores paralisaram suas atividades. Esta relação ainda tem um capítulo importante no ano seguinte: já consciente do seu isolamento, Vargas busca uma “última cartada” para reforçar sua maior base de sustentação, e anuncia, em meio a protestos vigorosos por vários lados, um aumento de 100% no salário mínimo, em maio de 1954. O efeito não foi tão intenso quanto Getúlio esperaria, o seu isolamento político se aprofundou ainda mais, e culminou no fim trágico que foi o suicídio do então presidente.

Aqui então, concluímos o nosso argumento. Conscientes de que uma investigação adequada desse tópico ultrapassa largamente os limites deste artigo, o que buscamos fazer foi uma exposição consistente dos dois governos em questão, e por fim uma comparação dentre os mesmos, sob alguns

³⁴ No mesmo mês de março/1953, Vargas sofre outro duro golpe em sua base de sustentação política: Jânio Quadros é eleito prefeito de São Paulo, vencendo com ampla vantagem o candidato petebista. O golpe mais duro foi que Jânio recebeu a maioria dos votos em todas as classes sociais, inclusive dentre o operariado da capital paulista.

termos específicos e relevantes. A partir de todo o exposto, podemos tirar algumas conclusões: os projetos econômicos desenvolvidos por Dutra e Vargas, guardadas as devidas peculiaridades conjunturais enfrentadas por cada um, preservam muito mais semelhanças do que a memória comum consagrou. É notório que Vargas era um político muito mais carismático e querido, e apelava para uma retórica nacionalista e trabalhista com alguma frequência, coisa que não se observa em Dutra. Porém, na prática, ambos propuseram um primeiro movimento de austeridade fiscal e monetária logo que assumiram, e intencionaram, ao menos na teoria, reverter esse processo ao longo do próprio governo. Ambos acreditavam na indústria, e na continuidade do processo de substituição de importações, e tinham em vista um processo mais amplo, de *desenvolvimento econômico*. As medidas de Dutra talvez tenham sido mais reativas e fragmentárias, em relação às de Vargas, visto que o segundo criou instituições com pensamentos mais longo-prazistas como a Assessoria Econômica, o BNDE e a Petrobrás. Porém, dizer que Dutra, assim como Vargas, era um desenvolvimentista em alguma medida, não nos faz incorrer em nenhum pecado histórico ou acadêmico. Apesar de o discurso varguista ao longo do governo antecessor, e no auge da campanha de 1950, ter sido altamente crítico à condução da economia em Dutra, quando o primeiro assume o governo as continuidades acabam se sobressaindo muito mais do que as poucas rupturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS P.P.Z. **Restrição externa e desenvolvimentismo no Brasil. Sobre o governo Vargas.** Texto para discussão. IE/Unicamp, Campinas, n.202, 2012.

_____. **O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948).** História econômica & história de empresas, v.7, n.1. pp 99-135, 2004.

BESSERMAN, S. V. **Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951.** In: ABREU, M. de P. et al. (Ed) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.* Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. **A política econômica no segundo Governo Vargas: 1951-1954.** Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais-BNDES, 1987.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

COSTA, Jorge Gustavo. (1970). **Planejamento Governamental: A experiência brasileira.** Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC/FGV.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. (1981). **A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DINIZ, E. **A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central**. In: SZMRECSÁNYI, T. & GRANZIERA, R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

DUTRA, E. G. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional. Vários anos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946-1950.

FONSECA, P.C.D. **Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira**. Revista Tempo - revista do departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, v. 14, p. 19-58, 2010.

JAGUARIBE, H. **Prefácio de Impasse na democracia brasileira – 1951-1955**. Coletânea de documentos (CPDOC/FGV), 1983.

LAFER, H. **Discursos Parlamentares (Reunidos por Celso Lafer)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

LESSA, C. e FIORI, J. **Houve uma política nacional-populista?**. XII Encontro nacional de Economia, São Paulo: ANPEC. ,1984.

MOURA, G. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

SARETTA, F. **O governo Dutra na transição capitalista no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI, T.& SUZIGAN, W. *História econômica do Brasil contemporâneo: coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, Campus da USP, setembro de 1993*. São Paulo: EdUSP, 2002.

_____. **A política econômica brasileira 1946/1950**. Revista de Sociologia e Política, n. 04-05, p. 113-129, 1996.

SKIDMORE, T.E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 - 1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

VARGAS, G. **A campanha presidencial**. São Paulo: J. Olympio, 1951.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional (1951-1954)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951-1954.

OUTRAS FONTES:

Jornal Digesto Econômico – Associação Comercial de São Paulo, fevereiro de 1946.

O Estado de São Paulo, 01 de março de 1946.

Jornal do Comércio, 11 de agosto de 1946.